



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Divisão de Planejamento das contratações

TERMO DE REFERÊNCIA N. 02/2026
PROTOCOLO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 247/2025
LEI FEDERAL 14.133/21 - ART. 6, XXIII

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto do presente Termo de Referência visa a ***CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERENCIAMENTO DE MARGEM DE CRÉDITO CONSIGNADO***, a título não oneroso, com fim de possibilitar a operacionalização e o controle das consignações junto aos servidores da Câmara de Vereadores de Vilhena, por meio do procedimento auxiliar de ***CRENCIAMENTO***, com fundamento no art. 74, inciso IV e art. 79, inciso I, ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 1.2. Todo o procedimento será realizado exclusivamente por meio eletrônico, e os credenciados deverão observar os requisitos de habilitação previstos nesse Termo de Referência, sem tarifa de serviços, não gerando requisitos de competição e qualificação, visto que não busca gerar custos ao Poder Legislativo nem vantagens pecuniárias, conforme previsto na Portaria Interna 158/2023, artigo 2º e seguintes.
- 1.3. O objeto deste termo de referência é caracterizado como serviço comum, nos termos do art. 6º, XIII da Lei n. 14.133/21.
- 1.4. Não há que se falar em pesquisa de preços, considerando não haver pagamento pela Câmara de Vereadores de Vilhena, apenas a intermediação com as empresas vencedoras credenciadas.
- 1.5. O prazo de vigência do credenciamento será de 12 (doze) meses, permitindo a adesão contínua de novas empresas gerenciadoras, e o prazo de vigência da contratação com cada instituição credenciada será de 12 (doze) até 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 106 e art. 107, ambos da Lei 14.133/21.

2. DA JUSTIFICATIVA - CONFORME ITEM 02 DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- 2.1. O processo de consignação em folha de pagamento é uma modalidade de desconto cuja eficácia decorre da grande confiança e estabilidade das relações de trabalho entre o Município, signatantes e signatários.
- 2.2 A segurança jurídica e financeira do processo constitui a garantia de sustentação de um sistema que, devidamente parametrizado, possibilita vantagens a todos os entes envolvidos e propicia acesso às taxas de juros mais competitivas do mercado.
- 2.3 Considerando a necessidade de aperfeiçoamento do processo de desconto consignável, torna-se imperioso a contratação, por parte da Câmara de Vilhena, de empresa que ofereça Sistema informatizado de gerenciamento de margem e desconto consignável, que atenda na sua totalidade os requisitos de segurança da informação e das





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Divisão de Planejamento das contratações

operações realizadas pelos envolvidos, através da cessão do direito de uso do licenciamento de Sistema Eletrônico, via internet, de reserva de margem e controle de consignações, visando a prestação de serviços de gestão e administração da margem consignável dos servidores públicos vinculados a este Órgão.

2.4. A operacionalização de consignados com averbação em folha de pagamento atualmente processando nesta Câmara de Vereadores, aproximadamente, contém o volume de serviços conforme tabela apresentada a seguir:

INSTITUIÇÃO	CONTRATOS	VALOR/MÊS
Sicoob	2	R\$1.643,31
Caixa Econômica Federal	42	R\$39.061,34
TOTAL:		R\$44 40.704,65

2.5. Com esse cenário, pensar em estabelecer outra forma de gestão da margem de consignação fora de plataformas virtuais, que permitem o acesso de todos os interessados (Administração, servidor e consignatário) em tempo real, a qualquer momento, não é apenas uma boa opção, mas uma evolução necessária para a Câmara de Vereadores de Vilhena/RO. E, considerando não haver no quadro de servidores equipe habilitada para desenvolver uma solução de software própria, faz-se necessária a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços em gerenciamento de margem de crédito consignado.

2.6. Atualmente, o controle da margem de consignação é efetuado pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP). Embora não haja registros de falhas ou inconsistências relevantes, o processo exige interrupções frequentes das atividades rotineiras para atender servidores que necessitam consultar suas margens ou solicitar declarações para contratação junto às instituições financeiras. Ademais, a conferência das informações enviadas pelas instituições é realizada manualmente, por meio da verificação dos dados inseridos no sistema de gestão de recursos humanos.

2.7. Portanto, o chamamento público de pessoas jurídicas para prestação de serviços em gerenciamento de margem de crédito consignado é de fundamental importância por valorizar a pluralidade de empresas do ramo, considerando que a multiplicidade de empresas gerenciadoras pode gerar melhores taxas e condições de empréstimos aos servidores desta Câmara de Vereadores.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. O sistema de gerenciamento e controle de margem consignável deverá ser implantado pela empresa credenciada, a qual providenciará **licenciamento de uso de software que inclua serviços de implantação,**





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Divisão de Planejamento das contratações

migração de dados, suporte técnico operacional, manutenção de gerenciamento e controle de margem consignável e gestão de consignações em folha de pagamento.

3.2. De forma detalhada, a solução deverá:

- 3.2.1. Atender as regras legais aplicadas ao Município de Vilhena para a concessão de consignações em folha de pagamento;
- 3.2.2. Realizar o controle da margem consignável disponível com base nas últimas folhas processadas; gerar todos os descontos pertinentes ao mês de competência para a folha de pagamento, automaticamente, sendo que, uma vez cadastrado o contrato, não será mais necessário o envio desta informação pelas instituições para desconto mensal na folha de pagamento;
- 3.2.3. Permitir a parametrização dos tipos de descontos e forma de desconto em folha;
- 3.2.4. Possuir forma de envio por remessa (onde as parcelas são enviadas automaticamente todos os meses) e por carteira (onde o contrato é enviado somente uma vez e suas parcelas são descontadas mensalmente);
- 3.2.5. Possuir módulos distintos que atendam às necessidades operacionais e gerenciais do consignante, das consignatárias e dos consignados;
- 3.2.6. Permitir a geração de relatórios, no mínimo, nos formatos .txt, .pdf e .xls;
- 3.2.7. Permitir atualização do motivo de não desconto das parcelas rejeitadas na folha de pagamento;
- 3.2.8. Permitir número de usuários, instituições financeiras, funcionários, contratos suficientes para atender a demanda do órgão;
- 3.2.9. Credenciar as entidades consignatárias, sob responsabilidade exclusiva da contratada, nos termos da regulamentação do no Município de Vilhena;
- 3.2.10. Disponibilizar sistema de chat online, ou outro meio compatível, devendo ser acessado diretamente do seu sítio eletrônico, onde os usuários do sistema poderão registrar suas dúvidas, sugestões e reclamações, bem como,
- 3.2.11. Acompanhar o andamento ao atendimento da solicitação;
- 3.2.12. Atualizar a base de dados do seu sistema bem como alguma funcionalidade, caso seja identificado a qualquer tempo a necessidade de implementação de informação ou comportamento que não exista no sistema;
- 3.2.13. Permitir o desenvolvimento de interface com o sistema da Folha de Pagamento, com utilização de troca (importação/exportação) de arquivos;
- 3.2.14. Permitir a realização de cadastramento das senhas de acesso ao sistema dos consignados, e usuários da Contratante e das Consignatárias;
- 3.2.15. Atualizar a base de dados com as contratações já existente;
- 3.2.16. Permitir a importação/exportação de dados com os sistema de gestão de RH já em uso pela DGP;
- 3.2.17. Executar os serviços de manutenção do sistema;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Divisão de Planejamento das contratações

3.2.18. Disponibilizar suporte técnico;

3.2.19. Ofertar treinamento para operação do sistema para os servidores.

3.3. Do impedimento para contratar empréstimos:

3.3.1. São impedidos de contratar empréstimo consignado os servidores exonerados e demitidos.

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1. Por se tratar de credenciamento para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços em gerenciamento de margem de crédito consignado, não há preços a serem pagos pela Administração Pública, uma vez que o serviço não gerará ônus para a Câmara Municipal de Vilhena.

4.2. Os custos operacionais serão de responsabilidade das empresas gerenciadoras credenciadas, sendo que deverão ser remuneradas única e exclusivamente por taxas fixadas junto às instituições financeiras consignatárias, que terão como contrapartida a possibilidade de oferecer seus serviços a um público específico com estabilidade empregatícia e baixo risco de inadimplência.

5. DOS PRAZOS E EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O credenciamento será realizado por meio de chamamento público, com a publicação de edital que estabelecerá os requisitos e condições para o credenciamento das empresas gerenciadoras interessadas.

5.2. O edital ficará permanentemente aberto para novas adesões durante o prazo de vigência do credenciamento.

5.3. As empresas interessadas deverão apresentar a documentação de habilitação exigida no edital, que será analisada pelo Agente de Contratação designado.

5.4. Após a análise da documentação, as empresas que atenderem aos requisitos estabelecidos serão devidamente credenciadas.

5.5. O resultado do credenciamento será publicado no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico da Câmara de Vereadores do Município de Vilhena.

5.6. As empresas credenciadas serão convocadas para assinatura do Termo de Credenciamento, que estabelecerá as condições para a prestação dos serviços.

5.7. O licenciamento de uso de software, cuja implantação, migração de dados, suporte técnico operacional e manutenção de gerenciamento, controle de margem consignável e gestão de consignações em folha de pagamento deverá ocorrer em **até 30 (trinta) dias**, contados a partir da assinatura do contrato.

5.8. O sistema deverá ser operacionalizado em ambiente de teste por **até 60 dias a partir da implantação**, para verificação e comparativos, a fim de diminuir os erros que possam ocorrer em sua operacionalização.





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Divisão de Planejamento das contratações

5.9. Durante o prazo de teste as operações a serem enviadas a Folha de Pagamento serão processadas pelo sistema usado atualmente.

5.10. Na fase de teste a Comissão Permanente de Recebimento de Materiais e Serviços- CPRMS analisará a conformidade do sistema, caso seja reprovado a CONTRATADA deverá, após a notificação da CVMV, realizar os ajustes necessários para torná-los aderentes às especificações técnicas.

5.11. Após o período de teste do sistema, e estando este em conformidade, será emitido pela CONTRATANTE através da Comissão Permanente de Recebimento de Materiais e Serviços- CPRMS um Termo de Recebimento Definitivo.

5.12. Do recebimento:

5.12.1. O serviço será recebido:

5.12.2. **PROVISORIAMENTE**, a partir da sua entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes nesse Termo de Referência, no ETP e no DFD.

5.12.3. **DEFINITIVAMENTE**, após a verificação da conformidade com as especificações constantes, e sua consequente aceitação pela Comissão Permanente de Recebimento de Materiais e Serviços- CPRMS, que se dará em até **30 (trinta) dias** do recebimento provisório, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo final fixado. A aceitação definitiva ocorrerá após período de verificação em operação.

5.12.4. Caso a contratada verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar à CVMV solicitação de prorrogação de prazo de entrega que será analisada pela CVMV.

5.12.5. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no ETP e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de **10 (dez) dias** contados a partir da notificação formal, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5.12.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

5.12.7. Somente poderão ser considerados para efeito de recebimento, o objeto efetivamente executados pela contratada e aprovação pela Comissão de Recebimento e o Fiscal, respeitada rigorosa correspondência com este Termo de Referência.

5.12.8. A Comissão Permanente de Recebimento de Materiais e Serviços- CRMS fica responsável pelo recebimento do serviço, juntamente com o Fiscal.

6. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

6.1. A vigência do Termo de Credenciamento a ser firmado com as empresas interessadas será de 12 (doze)





**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Divisão de Planejamento das contratações**

meses, contados a partir da data da publicação do extrato no Diário Oficial do Município.

6.2. A prorrogação do Termo de Credenciamento será efetuada por meio de Termo de Aditamento, na forma dos artigos 105 a 114 da Lei nº. 14.133/2021.

6.4. Dentro do prazo de vigência será permitido o credenciamento, a qualquer tempo, de qualquer interessada que preencha os requisitos e exigências do Edital de Credenciamento.

7. DA NÃO EXCLUSIVIDADE

7.1. O credenciamento das empresas gerenciadoras de margem de crédito consignado não tem caráter de exclusividade para qualquer das partes, estabelecendo-se desde logo que a Câmara de Vereadores de Vilhena fica livre para firmar credenciamentos com outras instituições que manifestarem interesse em sua celebração e que atendam às exigências estabelecidas no presente instrumento.

7.2. Apenas será realizado credenciamento com as instituições que atenderem todos os requisitos legais que lhes são pertinentes.

7.2. Qualquer empresa que possua sistema específico para operacionalização dos consignados e que apresente solução para o gerenciamento de consignações e que facilite a tramitação de informações em tempo real com agilidade, modernidade e segurança, que seja um software totalmente online e que contribua para a gestão da margem consignável segura, transparente e ágil, poderão aderir ao credenciamento, desde que preencha aos solicitado.

8. PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. O parcelamento não será admitido nesta contratação, por inviabilidade.

9. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

9.1. A partir da análise técnica realizada, não foram identificados impactos ambientais significativos decorrentes da contratação proposta, considerando que o objeto consiste na contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços em gerenciamento de margem de crédito consignado, sem envolvimento de obras civis, emissões de resíduos perigosos ou consumo intensivo de recursos naturais.

9.2. Dessa forma, em atendimento ao art. 18, §2º, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a ausência de impactos ambientais relevantes, assegurando-se, ao mesmo tempo, a adoção de práticas sustentáveis compatíveis com a natureza do objeto.

9.3. De toda forma, a futura contratação deverá estar em conformidade, no que couber, com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e suas atualizações, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da Controladoria Geral da União/Advocacia Geral da União.





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Divisão de Planejamento das contratações

9.4. Os requisitos da contratação estão descritos no Termo de Referência e referem-se aos seus aspectos legais, tais como a Lei nº 14.133/2021, e também, visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e sócio ambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, quanto à contratação, recomenda-se que o licitante fornecedor atenda alguns critérios de sustentabilidade ambiental.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1. A presente contratação observará os seguintes normativos:

10.1.1. Constituição Federal de 1988;

10.1.2. Lei nº 14.133 de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

10.1.3. Lei nº 13.709 de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

10.2. O credenciamento das empresas deverá observar os seguintes requisitos gerais:

- a) O prazo de vigência do credenciamento será de **12 (doze) meses**, permitindo que as instituições interessadas possam se credenciar durante todo este período, conforme seu interesse e capacidade operacional;
- b) O prazo de vigência da contratação com cada instituição credenciada será de **12 (doze) até 60 (sessenta) meses**, prorrogável nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/21, por se tratar de serviços contínuos;
- c) O credenciamento não gerará ônus para a Câmara de Vereadores de Vilhena.
- d) Não haverá limitação quanto ao número de empresas a serem credenciadas, permitindo assim a ampla participação do mercado e a oferta de condições mais vantajosas.

11. SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será permitida a subcontratação do objeto, em decorrência dos motivos a seguir expostos:

I- A subcontratação pode diluir a responsabilidade, e dificultar a garantia da qualidade na execução do objeto.

II- A contratação direta do fornecedor original mantém a responsabilidade sobre a qualidade e a execução, evitando complicações legais em caso de falhas ou inadimplemento.

III- O fornecimento direto permite maior controle sobre o processo de execução, promovendo transparência e a rastreabilidade da execução, bem como sua fiscalização.

11.2. Assim a decisão de **NÃO** permitir a subcontratação é fundamentada na necessidade de garantir a qualidade, eficiência e a fiscalização na execução do serviço. A credenciada contratada deve possuir a capacidade técnica e a infraestrutura necessária para realizar a execução de forma adequada e eficaz, atendendo o interesse público e às exigências da Lei 14.133/2021 e dos regulamentos internos da CVMV.





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Divisão de Planejamento das contratações

12. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

12.1. Será formalizado por meio de contrato administrativo, devendo ser observado que se trata de um chamamento público de natureza continuada da prestação do serviço, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, prorrogáveis no termos legais.

12.2. Poderá ser contratada mais de uma empresa gerenciadora, como forma de credenciamento.

13. DO CREDENCIAMENTO - PORTARIA INTERNA 158/2023

13.1. Do credenciamento:

13.1.1. Credenciamento é um processo administrativo precedido de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem por meio de cadastramento no órgão ou na entidade para executar ou fornecer o objeto quando convocados, conforme previsão no art. 2º, da Portaria Interna 158/2023.

13.1.2. O cadastramento de interessados será iniciado com a publicação de edital de credenciamento, mediante aviso público no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico oficial da Câmara de Vereadores, bem como publicação do extrato do edital no Diário Oficial do Município.

13.1.3. A documentação do interessado será analisada no prazo máximo de até **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da entrega da documentação na Câmara de Vereadores, prorrogável, se autorizado pelo Vereador Presidente, por igual período por uma única vez, conforme previsão do art. 4º.

13.1.4. A inscrição de interessados no credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas neste Regulamento, no Termo de Referência e no edital de credenciamento.

13.1.5. O interessado deverá apresentar **exclusivamente por meio eletrônico** a documentação para avaliação pelo agente de contratação ou da comissão de credenciamento designada.

13.2. Da Concessão do Credenciamento:

13.2.1. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitado, será credenciado na Câmara de Vereadores, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.

13.2.2. O resultado do credenciamento será publicado no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico oficial da Câmara de Vereadores em prazo não superior a **(cinco) dias úteis**.

13.2.3. Os recursos serão recebidos **por meio eletrônico** no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da publicação.

13.2.4. O Vereador Presidente, após receber o recurso, proferirá, também no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a sua decisão, devendo promover a sua respectiva publicação.





**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Divisão de Planejamento das contratações**

13.2.5. Durante a vigência do edital de credenciamento, incluídas as suas republicações, a Câmara de Vereadores, a seu critério, poderá convocar por ofício os credenciados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando do cadastramento para o credenciamento do interessado, sob pena de descredenciamento, o credenciado terá até 5 (cinco) dias úteis para enviá-la exclusivamente por meio eletrônico.

13.3. Do Cancelamento do Credenciamento:

13.3.1. O credenciado que deixar de cumprir as exigências do Regulamento, do Termo de referência e do Edital de Credenciamento e dos contratos firmados com a Administração será descredenciado para a execução de qualquer objeto, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.3.2. O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita à Câmara de Vereadores.

13.3.3. A resposta ao pedido de descredenciamento deverá ocorrer no **prazo máximo de 5 (cinco) dias**.

13.3.4. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo, em casos de irregularidade na execução do serviço, a aplicação das sanções.

13.3.5. Os casos omissos serão resolvidos com base nos princípios gerais do direito administrativo e nas disposições constantes neste Regulamento e na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.4. Da contratação:

13.4.1. Após a homologação do procedimento de credenciamento, a Câmara de Vereadores poderá dar início ao processo de contratação.

13.4.2. O credenciamento não estabelece a obrigação da Câmara de Vereadores em efetivar a contratação, ou seja, não garante a contratação.

13.4.3. A contratação do credenciado somente poderá ocorrer por vontade da Câmara de Vereadores e desde que esteja em situação regular perante as exigências de habilitação para o credenciamento.

13.4.4. A Administração convocará o credenciado no prazo definido no edital de credenciamento, para assinar ou retirar o instrumento contratual, dentro das condições estabelecidas na legislação e no edital, e dar início à execução do serviço, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

13.4.5. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e no sítio eletrônico oficial da Câmara de Vereadores é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no **prazo de até 10 (dias) úteis** da data de sua assinatura.

14. HABILITAÇÃO - ARTIGO 62, LEI 14.133/2021





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Divisão de Planejamento das contratações

14.1. Qualificação Jurídica

14.1.1. **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, além dos estatutos sociais, deverão ser apresentados os documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social.

14.1.2. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular (procuração), com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes a certames licitatórios. Se a outorga se der por instrumento particular, esta deve ser acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa (1º e última alteração) ou do ato de investidura na direção da empresa / ou outro documento equivalente.

14.1.3. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

14.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.1.5. **Cópia da Cédula de identidade e do CPF** dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

14.1.6. **Ata de Eleição da Atual Diretoria.**

14.1.7. **Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica- CNPJ.**

14.2. Qualificação Técnica

14.2.1. Efetuar mediante a apresentação de **atestados de capacidade técnica** e/ ou declarações que comprove (m) que a interessada já implantou e/ou mantém sistema informatizado de gestão, operacionalização e controle de consignações, ou sistema similar e compatível com o objeto deste credenciamento.

14.2.2. O credenciado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados/declarações, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.2.3. Relação explícita ou declaração formal de que dispõem de aparelhamentos, equipamentos e pessoal técnico, considerados essenciais para o cumprimento do objeto de licitação SOB PENA DE INABILITAÇÃO DA EMPRESA.

14.2.4. A contratada deverá garantir que sua equipe técnica, tanto para suporte remoto quanto presencial, possua





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Divisão de Planejamento das contratações

capacitação formal e experiência comprovada.

14.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista

14.3.1. **Certidão de Regularidade** perante a **Fazenda Federal (Unificada)** emitida pela Secretaria da Receita Federal, da Procuradoria da Fazenda Nacional e do INSS (relativa às Contribuições Sociais- Portaria MF 358, de 05/09/14), podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

14.3.2. **Certidão / prova de Regularidade** perante a **Fazenda Estadual**, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

14.3.3. **Certidão / Prova de Regularidade** perante a **Fazenda Municipal**, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

14.3.4. **Certidão / Prova de Regularidade perante o FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

14.3.5. **Certidão Negativa de Débito Trabalhista– CNDT**; relativa à comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, LEI nº. 12.440, de 07 de julho de 2011, Art. 642-A, certidão expedida gratuita e eletronicamente, podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa.

14.4. Qualificação Econômico-financeira

14.4.1. **Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial** expedida pelo distribuidor sede do licitante com prazo de emissão não superior a 30 dias anteriores a data da efetiva entrega da certidão à CVMV.

14.5. Declaração Unificada

14.5.1. Declaração para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/21, que **NÃO** emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

14.5.2. Que **NÃO** possui em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pelo presente processo.

14.5.3. Que **NÃO** possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão, ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, e não possui com nenhum deles, relação conjugal ou de companheirismo, e nem parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (Artigo 14,





**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Divisão de Planejamento das contratações**

inciso IV da Lei 14.133/21);

14.5.4. Declaração que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

14.6. Ficam impedidas de participar:

14.6.1. Empresas que estiverem em processo de intervenção judicial ou extrajudicial, falência, insolvência ou liquidação;

14.6.2. Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer Poder ou esfera de Governo;

14.6.3. As pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

14.6.4. As pessoas jurídicas que tenham entre seus dirigentes qualquer pessoa ligada a integrante do poder Legislativo de Vilhena, por laços de matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. São obrigações do contratada:

- I. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbitos Federais, Estaduais ou Municipais, como também assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no contrato administrativo e nos contratos dela decorrentes.
- II. Responsabilizar-se pelo cumprimento dos postulados legais vigentes, de âmbitos Federais, Estaduais ou Municipais, como também assegurar os direitos e o cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no contrato administrativo e nos contratos dela decorrentes, sendo-lhe proibida a subcontratação do objeto sem previsão editalícia e autorização expressa da Câmara de Vereadores;
- III. Executar os termos do instrumento contratual ou da ordem de serviço ou fornecimento de bens em conformidade com as especificações básicas constantes no Termo de Referência e no Edital;
- IV. Assumir todos os possíveis danos causados por seus empregados ou prepostos, por culpa ou dolo, quanto morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais, causados a CVMV e/ou terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da prestação do serviço fornecido, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Divisão de Planejamento das contratações

- V. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CVMV, bem como no Termo de Referência, no Edital de Licitação e no Contrato, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento.
- VI. Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste Chamamento Público, de acordo com as especificações determinadas no edital, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados.
- VII. Manter, durante o período de vigência do credenciamento e do contrato de prestação de serviço, todas as condições que ensejaram o credenciamento, em especial no que tange à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional, quando couber;
- VIII. Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização da CVMV.
- IX. Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total na entrega do objeto.
- X. Responsabilizar-se integralmente pelo serviços de credenciamento prestado, nas quantidades e padrões estabelecidos, vindo a responder pelos danos causados diretamente à CVMV ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, nos termos da legislação vigente, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado, conforme determina o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- XI. Comunicar a CVMV qualquer anormalidade de caráter urgente ou eventuais motivos de força maior que impeçam a realização do serviço ou o fornecimento do bem, objeto do contrato, apresentando novo cronograma para a assinatura de eventual termo aditivo para alteração do prazo de execução.
- XII. Ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto do contrato decorrente do credenciamento;
- XIII. Manter as informações e dados da Câmara de Vereadores em caráter de absoluta confidencialidade e sigilo, ficando proibida a sua divulgação para terceiros, por qualquer meio, obrigando-se, ainda, a efetuar a entrega para a contratante de todos os documentos envolvidos, em ato simultâneo à entrega do relatório final ou do trabalho contratado, em cumprimento a Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/2018 - LGPD;
- XIV. Manter-se durante toda a execução do credenciamento em compatibilidade com as obrigações assumidas e com as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme inciso XVI, art. 92, da Lei nº 14.133/2021. Na hipótese de inadimplemento deste item, o fornecedor será notificado, no prazo definido pela CVMV, para regularizar a situação, sob pena de





**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Divisão de Planejamento das contratações**

rescisão do contrato administrativo.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. São obrigações da CVMV:

- I. Cumprir às disposições da Lei Federal nº 14.133/21 e a Portaria Interna 158/2023.
- II. Acompanhar e fiscalizar o contrato por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração, especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7.º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, sempre observando as exigências estabelecidas no Termo de Referência, no Edital de Licitação e no Contrato.
- III. Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado contratado possa cumprir o estabelecido no contrato.
- IV. Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser solicitados pelo contratado.
- V. Fornecer os meios necessários à execução, pelo contratado, dos serviços objeto do contrato.
- VI. Notificar o credenciado, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais falhas no cumprimento da relação contratual, fixando prazo para a sua correção, se for o caso, a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência, Edital de Licitação e no eventual contrato.
- VII. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicações de sanções, alterações e acréscimos ou supressão nos contratos administrativos.
- VIII. Prestar as informações e os esclarecimentos, necessários à prestação dos serviços, que venham a ser solicitados pelo fornecedor.
- IX. Cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência, no Edital de Licitação e do contrato.
- X. Cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência, no Edital e no Contrato Administrativo.

17. MECANISMO E PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

17.1. A responsabilidade pela gestão dos trâmites do processo licitatório até a fase de sua homologação ficará a cargo do Núcleo de Licitação. Após a homologação, o Presidente desta Casa de Leis, por meio de Portaria, designará servidor para dar suporte às atribuições da Comissão Permanente de Recebimento de Materiais e Serviços – CPRMS e para fiscalizar a execução dos serviços pelo credenciado.

17.2. A partir da vigência do contrato, a CPRMS ficará responsável pelo recebimento, juntamente com o Fiscal





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Divisão de Planejamento das contratações

do contrato e o Gestor (já designado no DFD).

17.3. Ficará a cargo do Fiscal do contrato a fiscalização, que registrará todas as ocorrências e as deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada a Contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

17.4. A comissão de fiscalização dos serviços e o gestor poderá solicitar à Diretoria Administrativa, a qualquer momento, o processo Administrativo para se apropriar dos procedimentos necessários durante a execução dos serviços.

17.5. As exigências e a atuação da CRMS, do fiscal e do Gestor, em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do serviço.

17.6. Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da contratada, os titulares da fiscalização deverão de imediato, comunicar o fato por escrito à Administração da CVMV, que tomará as providências para que sejam aplicadas as sanções previstas na lei, no edital da licitação e neste Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

17.7. Somente poderão ser considerados para efeito de recebimento, o serviço efetivamente prestado pela contratada e aprovados pela CRMS e os fiscais.

18. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste Termo de Referência, o Contratado ficará sujeito às penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser:

18.1.1 **Advertência**, aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, L. 14.133/23).

18.1.2. **Multa moratória de 0,5%** (cinco décimos por cento) por dia de atraso na prestação do objeto contratual, limitada esta a 10 (dez) dias, após os quais será considerada inexecução contratual (art. 156, § 3º, L. 14.133/23).

18.1.3. **Multa de 10% (dez por cento)** no caso de inexecução parcial do contrato (art. 156, §3º, L. 14.133/23).

18.1.4. **Multa de 20% (vinte por cento)** no caso de inexecução total do contrato (art. 156, §3º, L. 14.133/23).

18.1.5. **Impedimento de licitar** e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Vilhena pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, (art. 156, § 4º, L. 14.133/23).

18.1.6. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Divisão de Planejamento das contratações

justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do mesmo artigo.

18.1.7. Para os fins de aplicação das sanções acima listadas e de reabilitação do Contratado, serão observadas as disposições previstas nos arts. 155 a 163 da Lei n. 14.133, de 2021.

19. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

19.1. A contratação se dará através do procedimento auxiliar de **credenciamento**, nos termos do art. 74, inciso IV e art. 79, ambos da Lei 14.133/21.

19.2. Não haverá limitação quanto ao número de instituições a serem credenciadas, permitindo assim a ampla participação do mercado e a oferta de condições mais vantajosas aos servidores.

19.3. Todas as instituições que atenderem aos requisitos estabelecidos no edital de chamamento público serão credenciadas e poderão oferecer seus serviços aos servidores da Câmara Municipal.

19.4. Os critérios de habilitação das instituições interessadas estão descritos no item 14 deste Termo de Referência e visam garantir que apenas instituições regularmente constituídas, com capacidade técnica e econômico-financeira adequadas, possam participar do credenciamento.

19.5. O interessado deverá apresentar **exclusivamente por meio eletrônico** a documentação para avaliação pelo agente de contratação ou da comissão de credenciamento designada.

20. CRITÉRIOS OBJETIVOS DE CONVOCACÃO

20.1.1 Quando todas as credenciadas atenderem os requisitos mínimos, e considerando que não há critério técnico ou econômico diferenciador, bem como considerando que o credenciamento resultará na contratação de um único prestador e que todos os habilitados atenderão às mesmas condições técnicas, sem critérios objetivos de diferenciação, a adoção do **SORTEIO** assegura igualdade de condições, impessoalidade e transparência, em conformidade com o art. 79 da Lei nº 14.133/2021 e com os princípios do art. 37 da Constituição Federal.

21. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. Por se tratar de credenciamento de empresas gerenciadoras de margem de crédito consignado, não haverá despesas a serem suportadas pela Câmara Municipal de Vilhena.

22. CRITÉRIO DE REAJUSTE / REPACTUAÇÃO

21.1. Muito embora a lei exija índice de reajuste, a contratação não tem custos para a Câmara, motivo pelo qual não há que se falar em reajustamento.





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Divisão de Planejamento das contratações

23. DO PAGAMENTO

22.1. Por se tratar de credenciamento para oferta de crédito consignado, **não há** pagamentos a serem realizados pela Câmara de Vereadores de Vilhena às instituições credenciadas.

22.2. Os custos operacionais ficarão a cargo das empresas credenciadas junto às instituições financeiras, que terão como contrapartida a possibilidade de oferecer seus serviços a um público específico com estabilidade empregatícia e baixo risco de inadimplência.

24. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E INFORMAÇÕES GERAIS

23.1. Este Termo de Referência tem como base legal a Lei Federal nº 14.133/21 (estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios), a Lei nº 8.078/90 (dispõe sobre a proteção do Consumidor), a Portaria Interna n. 158/2023 e n. 159/2023 da Câmara de Vereadores do Município de Vilhena/RO e o Decreto Federal n. 11.462/2023.

25. FORO

24.1. Fica eleito o foro da comarca de Vilhena/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Vilhena/RO, 13 de maio de 2026.

Elaborado por:
Renata Macedo Malta
Encarregada de licitações e contratações
Portaria n. 187/2025

Aprovo o presente Termo de Referência e autorizo a imediata realização do certame licitatório nos termos do Artigo 7º, da Lei nº 14.133/2021.

Celso Eduardo Machado
Vereador/Presidente

